

NOSSA AGECEF

O Jornal da Associação dos Gestores da Caixa - Bahia

Nº 33 - Abril de 2017



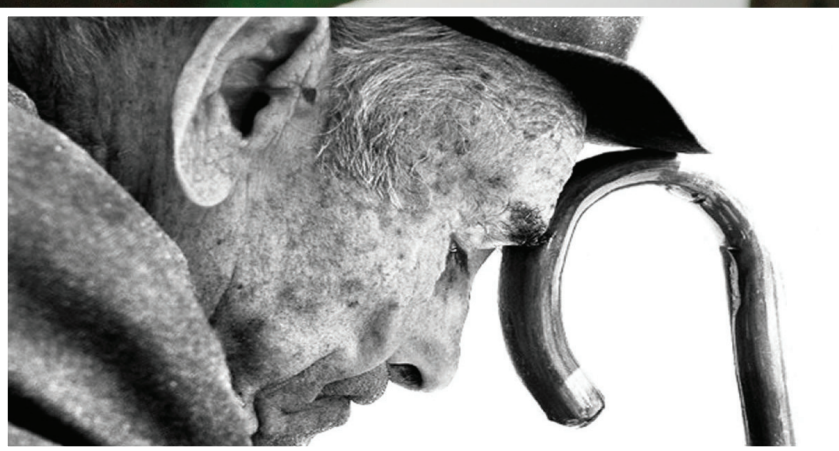
Presidente: Antônio Vianna

Qual é o Brasil que você quer?

O governo de Michel Temer mostra que veio apenas para favorecer o grande capital, em detrimento das necessidades do brasileiro.

Direitos são tirados, programas sociais cortados. Empresas preparadas para a privatização, enquanto prossegue a crise nacional. Não dá para esperar. É hora de a sociedade buscar o Brasil que precisa. Muito mais justo e humano.

Páginas 2 e 3



EDITORIAL

Mais uma edição do jornal **Nossa AGECEF** chega aos associados para manter a informação e o debate em dia. Neste número, procuramos dar uma atenção especial aos acontecimentos que deixam os brasileiros, especialmente as classes trabalhadoras, com muitas preocupações e dores de cabeça enormes. Sim, é missão nossa informar e, ao mesmo tempo, enfrentar e combater toda sorte de atividades que signifiquem prejuízo para a Nação e para os trabalhadores. Sejam elas do Legislativo, do Judiciário ou Executivo, vivemos um momento de desmonte do Estado Brasileiro e suas instituições. Corremos o sério risco de ver desaparecer do mapa a Caixa, Banco do Brasil, BNDES, BNB, Petrobras e outras estatais que sempre estiveram à frente do desenvolvimento do país. Sobre a Caixa, em especial, são reais as manobras para enfraquecê-la. Maquiagem do balanço, PLR manipulada, fechamento de agências, falta de contratação de empregados, privatização de loterias. Não bastasse isso, a empresa estuda colocar em prática normatização interna para rescisão de contrato de trabalho sem justa causa, ressuscitando o famigerado RH 008, que infernizou a vida de muitos empregados no começo dos anos 2000. Resumindo: se hoje as condições de trabalho nas unidades já estão comprometidas, imaginemos esse turbilhão de medidas nefastas como não agravará o atendimento à população, principalmente nas unidades do interior. Voltando à situação do país, é lamentável como a Câmara de Deputados se dispôs a protagonizar, a mando dos setores que efetivamente dirigem o país, os empresários, um verdadeiro massacre ao patrimônio e ao brasileiro. Em um pequeno espaço de tempo, com a votação da lei que permite a terceirização irrestrita da mão-de-obra e outra que altera praticamente toda a CLT, em desfavor do trabalhador, vimos ruir todas as garantias trabalhistas que foram conquistadas ao longo dos últimos 70 anos e consagradas na Constituição de 1988. Ainda na pauta de urgência do Congresso, a reforma da Previdência, que praticamente inviabiliza as aposentadorias de homens e mulheres e que deverá ser votada em breve, apesar de rejeição da população e de diversos setores especializados, como o MPT e Associações de Magistrados do Trabalho.

É necessário resistir e protestar nas ruas e nas organizações contra esse tipo de desmonte, para que tenhamos a possibilidade de resgatar a dignidade da população e enfrentar com muita disposição as manobras impostas pelo governo federal para servir aos empresários. É nesse contexto que a AGECEF-BA se coloca como entidade de defesa dos interesses gerais, não só de seus associados, mas de um Brasil mais unido e justo.

Paulo do Amor Divino – Diretor de Comunicação e marketing da AGECEF-BA

O difícil cenário do Brasil

O Brasil passa por uma crise sem precedentes. A economia vai mal. O desemprego atinge níveis elevadíssimos. As desigualdades sociais voltam a crescer depois de anos em queda. As empresas públicas estão sendo desmontadas em tempo recorde. Direitos correm sérios riscos.

No meio de tudo isso, os brasileiros, cada dia mais divididos entre discursos radicalizados e perigosos. Um cenário perfeito para o aparecimento de ideias extremistas, abrindo caminho para o ódio e o preconceito. O momento é, realmente, muito ruim. Mas, para evitar que o leitor caia nos discursos vazios e cheios de paixão, o **Nossa AGECEF** separou depoimentos de pessoas de peso sobre o governo Temer e a política neoliberal imposta no país após o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Economista e ex-ministro de FHC, Luiz Carlos Bresser-Pereira



Eleito duas vezes por uma chapa de centro-esquerda, (Michel Temer) adotou uma política rigorosamente de direita neoliberal. Mas é o presidente. Como disse Fernando Henrique, é isso que a gente tem aí. E isso que a gente tem aí tem produzido um desastre.

Historiador, José Luiz Del Rio

Esse governo não tem projeto, a não ser a exploração violenta de seu próprio povo. São muitos atrasados na análise mundial. Pensam que estão na época da guerra fria, do pujante desenvolvimento do capitalismo ocidental.



Papa Francisco



A crise que o Brasil enfrenta não é de fácil solução e é preciso pensar, antes de tudo, nos mais pobres. Não podemos mais confiar nas forças cegas e na mão invisível do mercado.

Padre Gasda

A Igreja tem como ponto de partida principal a questão dos direitos sociais, humanos, e dentro desse campo a prioridade dos pobres. Os afetados pela Reforma da Previdência são os pobres, trabalhadores, aposentados, que estão com o ônus de um problema sério brasileiro.



Reformas atendem só o capital

No seu site, o professor e pesquisador de Departamento de Economia da Universidade Estadual de Santa Cruz, Sérgio Ricardo Ribeiro Lima, faz uma profunda análise sobre a economia política, clássica e contemporânea. A intenção é estimular a reflexão, com questões do cotidiano brasileiro. As reformas do governo de Michel Temer, como o ajuste fiscal, as reformas da Previdência, trabalhista e a terceirização são muito bem tratadas. O **Nossa AGECEF** traz aqui algumas considerações importantes do professor. Confira.



As reformas

Entendemos que as reformas da Previdência, trabalhista e a terceirização vêm como suporte para o programa de ajuste fiscal. Se o ajuste fiscal propõe desafogar as contas públicas para que o Estado possa continuar dando sustentação à economia, as demais reformas vêm também não apenas para desonerar o Estado, mas fundamentalmente as empresas, principalmente as grandes corporações, pois são estas que têm poder de interferência na política econômica.



O ajuste fiscal

A PEC 241/2016 (depois mudada para PEC 055/2016) estabelece um novo regime fiscal para o país. Portanto, o objetivo do ajuste fiscal é impor limites às despesas primárias, que são as despesas com serviços públicos prestados à sociedade (pessoal, custeio, investi-

mento, bem-estar), deduzidas as despesas financeiras (juros e amortizações das dívidas, por exemplo).

Portanto, o ajuste fiscal implica numa nova meta fiscal a partir de 2016. A justificativa do governo é que houve um crescimento descontrolado das despesas primárias num ritmo maior do que o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).



Fica claro, no entanto, que o foco da nova meta é a contenção das despesas primárias, aquelas justamente necessárias à população. Assim sendo, fica fora do ajuste fiscal as despesas financeiras da União – aquelas contraídas mediante empréstimos às instituições financeiras e bancárias – que consomem, aproximadamente, 45% do orçamento geral da União (ver Auditoria Cidadã da Dívida na internet).

Moral do ajuste

O governo que está aí tinha duas opções: ou fazer mudanças no modelo de arrecadação (através de reforma na estrutura tributária, privilegiando o imposto progressivo) ou pela via do corte das despesas primárias, que afeta diretamente a população. Essa última via foi a escolhida.

Breves considerações

O que está em curso no Brasil é uma grande reforma do Estado. Mais importante, implica na redução do papel do Estado como principal agente indutor do desenvolvimento econômico, para uma economia cujas bases estruturais são frágeis e dependem fortemente dos estímulos do Estado. Temos uma economia forte, mas uma base (estrutura) econômica frágil, dependente de commodities.

O que reforça o exposto acima é o programa de privatizações na ordem do dia,

orquestrada por um partido aliado ao que tomou o poder, cujo ministro das relações exteriores pertence ao seu quadro. Já conhecemos esse programa na década de 1990.

O ajuste fiscal e a reforma da Previdência claramente atacam a renda e os direitos dos trabalhadores (aqueles que vivem de uma renda fixa). Vimos que o ajuste e a reforma da Previdência excluem bancos e empresas de suas metas. São os interesses do capital (industrial e bancário) em detrimento do trabalho.

Na Caixa, desmonte segue acelerado

Redução do quadro de pessoal, reestruturação, corte de função e descomis-

sionamentos, fechamento de agências, privatização. O desmonte da Caixa segue

em ritmo acelerado. Em poucos meses, foram muitas as mudanças que deixam o clima apreensivo.

Os empregados agora têm mais uma surpresa. Os rumores são que a direção do banco estuda reimplantar o RH 008, norma que permite a demissão sem justa causa dos bancários concursados. A intenção seria reduzir os custos com pessoal, já que a adesão ao Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário (PDVE) ficou bem abaixo das expectativas do governo e da direção da empresa, de 10 mil.

O esvaziamento da instituição financeira é mais uma forma de preparar para a privatização. Editado em 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o RH 008 serviu como base para mais de 400 desligamentos na Caixa. A norma só foi revogada em 2003, com ampla negociação dos empregados com o ex-presidente Lula. Agora, depois de mais de 10 anos, o fantasma volta a assustar. É mais uma prova de que o banco está na mira para venda. É bom ficar atento e ampliar as ações em defesa da Caixa 100% pública.



AGECEF-BA debate reformas de Temer

Atenta ao cenário difícil que o país enfrenta e a pauta em debate no Congresso Nacional, a AGECEF-BA amplia as discussões com os associados sobre o atual momento. Em abril, a palestra contou com a participação do presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Augusto Vasconcelos.

Durante o evento, o diretor da AGECEF-BA, Paulo do Amor Divino, reafirmou que as reformas não podem ser conduzidas sem um amplo debate com a sociedade e que o Congresso Nacional e o Executivo têm de ser sensíveis às manifestações.

Sobre a terceirização, foi dado o alerta: a categoria bancária já sente os primeiros es-

tragos. "Um dia após a sanção, por Temer, o Bradesco substituiu o setor de tecnologia por terceirizados, que não têm os direitos assegurados pela CCT", ressaltou Augusto.

Os empregados da Caixa também podem ser prejudicados. A direção do banco estuda reimplantar o normativo RH 008, que prevê a demissão sem justa causa. Tem mais. A reforma trabalhista tira direitos importantes e impõe uma rotina de trabalho ainda mais danosa, com jornada de até 12 horas.

Outro problema é a reforma da Previdência, que aumenta a idade mínima para se aposentar, 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres), além da contribuição de 40 anos.

Os associados são sempre prioridade

A AGECEF-BA tem como uma das prioridades a formação e o desenvolvimento dos associados. Pensando na qualificação dos gestores, a associação está realizando mais uma edição do concorrido curso CPA 20.

O interesse é grande e as turmas foram formadas rapidamente. A primeira já concluiu as aulas, dada por Alexis Monteiro. Agora, a segunda se prepara para dar início ao curso, que, para facilitar a participação, acontece à noite, das 19h às 22h, na AGECEF-BA, Pituba, a partir de 8 de maio.

Visando o conforto e segurança, o número de participantes por turma é limitado à 24. Assim, o associado tem atendimento direcionado, o que possibilita maior conhecimento. O investimento, de R\$ 200,00, é reembolsável para quem tiver frequência superior a 80%.



Com menos empregados, o que era ruim piora e as agências ficam lotadas....



...aos bancários, a tarefa é ampliar as ações em defesa do banco 100% público

